



AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO EM VITÓRIA DA CONQUISTA/BA¹

Elisângela Andrade Moreira Cardoso²

Arlete Ramos dos Santos³

Niltânia Brito Oliveira⁴

INTRODUÇÃO

Esse texto tem como objetivo identificar e analisar as políticas públicas educacionais do Plano de Ações Articuladas – PAR – implementadas no município de Vitória da Conquista, localizado na região Sudoeste do Estado da Bahia, obedecendo ao recorte temporal de 2010 a 2016.

A Educação do Campo é resultado das lutas dos movimentos sociais que filtraram, na conjuntura neoliberalista, as possibilidades de lutas para a melhoria dos povos do campo, através de uma nova proposta para a educação rural, como prática social, vinculando a luta por terra, trabalho e educação como direito, numa perspectiva de igualdade social. (ARROYO, CALDART E MOLINA, 2004).

De acordo com Santos (2013), a Educação do Campo tem como Marco a LDB, Lei nº 9.394/96 e, após muitas lutas sobre as ausências de políticas públicas para o meio rural, constata-se a existência de avanços quanto às políticas públicas educacionais direcionadas à Educação do Campo, como as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica do Campo, as Resoluções CNE/CEB nº 1/2002 e CNE/CEB nº 2/2008, o Parecer CNE/CEB nº 1/2006 que reconhece os Dias Letivos da Alternância, o Decreto nº 6.094/2007 que institui o Plano de Ações Articuladas – PAR- o qual está regulamentado no Art. 9º do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, a Resolução CNE/CEB nº 4/2010, que estabelece

1 Este resumo apresenta o resultado parcial de um projeto de pesquisa em andamento intitulado “As políticas públicas educacionais do PAR em municípios da Bahia”, o qual é financiado pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) e conta com a participação de bolsistas da Fundação de Amparo à Pesquisa da Bahia (FAPESB).

2 Mestranda do PPGED, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – Brasil. Endereço eletrônico: elisangelajg@gmail.com

3 Doutora em Educação pela FAE/UFMG com Pós-doutorado pela UNESP. Atualmente é Professora Adjunta da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC - BA). Endereço eletrônico: arlerp@hotmail.com

4 – Mestranda do PPGED, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – Brasil. Endereço eletrônico: africa.niltania@gmail.com



a Educação do Campo como modalidade específica e define a identidade da escola do campo, o Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, que dispõe sobre a Política Nacional de Educação do Campo e sobre o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), a Lei nº 12.695, de 25 de julho de 2012 encaminhada a partir do lançamento do Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO), e o Decreto nº 12.960/2014, que dificulta o fechamento das escolas rurais, indígenas e quilombolas.

METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza exploratória. Utilizamos como metodologia a revisão bibliográfica para analisar as políticas públicas conquistadas pelos Movimentos Sociais do Campo e suas contribuições para a qualidade e os avanços na Educação do Campo, sobretudo, no município de Vitória da Conquista/BA, além de autores que investigam o tema, como Arroyo (2004), Gentili (2007), Santos (2013), Hage (2014) e Mészáros (2014) entre outros, bem como fontes documentais como as legislações referentes à temática em questão.

Os dados foram coletados por meio de análise documental, entrevistas semiestruturadas com o Secretário Municipal de Educação, as Coordenadoras do Núcleo Pedagógico da modalidade da Educação do Campo e a Assessoria da Educação do Campo da Secretaria Municipal da Educação (SMED) e analisados com base na metodologia dialética visto que “a dialética é o pensamento crítico que se propõe a compreender a “coisa em si” e sistematicamente se pergunta como é possível chegar à compreensão da realidade” (KOSIK, 1997, p. 20).

A EDUCAÇÃO DO CAMPO EM VITÓRIA DA CONQUISTA⁵

Vitória da Conquista é a terceira maior cidade do Estado da Bahia e a quarta do interior do Nordeste. A educação é um dos principais eixos de destaque do município, sendo que a SMED é composta por 202 unidades escolares, assim distribuídas:

⁵ O município de Vitória da Conquista está localizado na região Sudoeste da Bahia, distante há 509 km da capital baiana, Salvador, e possui, aproximadamente, 343.230 habitantes, de acordo com Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2015).



Tabela 1 - Escolas Municipais em Vitória da Conquista/BA

	Zona Urbana	Zona Rural	Total
Educação Infantil	21	01	22
Ensino Fundamental Anos Iniciais	41	139	180
Total Geral	62	140	202

Fonte: Dados fornecidos pelo Setor de Estatística e Legalização da SMED, 2016.

Diante do exposto, nota-se que o município de Vitória da Conquista pode ser considerado como um cenário de educação campestre, uma vez que das 202 (duzentas e duas) unidades escolares, 140 (cento e quarenta) encontram-se localizadas na zona rural. No geral, são mais de 41 (quarenta e um) mil alunos atendidos por 1.785 (hum mil setecentos e oitenta e cinco) professores, entre contratados e efetivos na rede municipal de ensino. Vale ressaltar que a Zona Rural é formada por 18 (dezoito) Círculos Escolares Integrados (CEIs), a saber: Assentamento Chapadão, Assentamento Sede, Bate pé, Cabeceira, Campo Formoso, Capinal, Cercadinho, Dantelândia, Estiva, Gameleira, Iguá, Inhobim, José Gonçalves, Limeira, Pradoso, São João da Vitória, São Sebastião e Veredinha que atendem 93 (noventa e três) escolas e 2 (dois) Círculos de Nucleadas com 47 (quarenta e sete) escolas acolhidas. As turmas nas Escolas Nucleadas são todas multisseriadas e nos CEIs, das 209 (duzentas e nove) turmas do Segmento I, 127 (cento e vinte e sete) são multisseriadas. (SMED, 2016).

No que se refere às políticas educacionais federais do PAR, o município de Vitória da Conquista implementa alguns programas nos espaços educativos campestres, como Escola Ativa, Mais Educação, Educação Inclusiva, Educação para a Diversidade, Pró-Letramento, Pró-Gestão, Proinfantil, Brasil Alfabetizado, Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), Transporte Escolar e Cisterna na Escola, dentre outros. Em âmbito estadual encontram-se os Programas Todos Pela Alfabetização (TOPA) e o Pacto pela Educação.

No tocante às conquistas e os avanços, tanto no cenário nacional quanto no município de Vitória da Conquista, as políticas públicas para a Educação do Campo ainda não são satisfatórias. Ainda é preciso pensar novas ações políticas que se direcionam para uma total universalização do ensino público que assegurem a qualidade da educação no meio rural, haja vista que muitos jovens, adolescentes e crianças ainda estão fora da escola. A educação infantil caminha a passos lentos no meio rural, sendo que existe apenas uma creche em todo o espaço campestre do município pesquisado. Concomitante a isso, Mészáros (2014) assegura que o capitalismo concede estratégias de dominação,



reproduzindo trabalhadores alienados que somatizam o insucesso, devido às lutas que se constituem de forma isolada, fragmentária e excludente, quando deveriam unir força em oposição à hegemonia do capital.

Em Vitória da Conquista existem muitas escolas que ainda funcionam em prédios escolares mal iluminados e pouco ventilados, com mobiliários velhos e estragados ou mesmo inadequados para alunos que apresentam algum tipo de deficiência, principalmente as que funcionam com classes multisseriadas, um grande problema observado nas escolas rurais do município em questão, além da dificuldade de acesso em muitas escolas que se encontram em regiões distantes, na própria zona rural. (HAGE, 2014). Esta realidade indica que não basta criar e fazer funcionar escolas, é preciso ir além da construção do espaço arquitetônico da escola, sendo necessário, portanto, maior atenção ao âmbito político e pedagógico das escolas camponesas. Antunes-Rocha e Martins (2009) salientam que a perspectiva é construir uma organização pedagógica administrativa e financeira com o efetivo protagonismo dos movimentos sociais, bem como articulada ao projeto de desenvolvimento popular do campo.

CONCLUSÃO

Conclui-se, portanto, que ainda existem lacunas que precisam ser preenchidas, no que se refere à Educação do Campo, apesar dos avanços e conquistas ocasionadas pelas lutas dos movimentos sociais. Não se pode negar que a ideologia da Educação Rural é ainda marcante no país, o que dificulta a implementação de um projeto político pedagógico articulado com as Diretrizes Operacionais nas redes de ensino, para legitimar a Educação do Campo protagonizada pelos movimentos sociais.

Contudo, nota-se que não bastam as iniciativas políticas, mas que haja, sobretudo, a consciência voltada para a importante dimensão do campo, enquanto território político, como ponto de equilíbrio entre o campo e a cidade, por parte das esferas governamentais, com vistas nas transformações da realidade do homem do campo, pois dessa forma a Educação do Campo poderá ser vista como a máquina propulsora para a transformação da realidade social. Carece, portanto, de maior atenção por parte dos gestores estaduais e municipais com a finalidade de criar diretrizes e programas de ensino que atendam as necessidades da Educação do Campo.

Todas estas demandas apresentadas necessitam de esforço político entre todos os



envolvidos nesse processo social e por acreditarem que existe um paradigma diferenciado entre os espaços do campo e da cidade, cujos modelos de ensino também devem seguir essa realidade distinta.

Palavras-chave: Educação do Campo. Plano de Ações Articuladas. Políticas Públicas.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel Gonzalez. **Por uma educação do campo**. In: ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (orgs.), Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- BOGDAN, Robert. C. & BIKLEN, Sari. K. **Investigação qualitativa em educação**. São Paulo: Editora Vozes. 1982.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lei nº 9.394/96**. Brasília, 1996.
- _____. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. **Resolução CNE/CEB nº1, de 03 de abril de 2002**. Brasília, 2002.
- _____. **Parecer CNE/CEB nº 1/2006**. Dias Letivos para a aplicação da Alternância nos Centros Familiares de Formação por Alternância. Brasília, 2006.
- _____. **Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007**. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. Brasília, 2007.
- _____. **Resolução nº 2, de 28 de abril de 2008**. Ministério da Educação Nacional de Educação: Câmara de Educação Básica, 2008.
- _____. **Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, 2010.
- _____. **Decreto nº 7.352 de 4 de novembro de 2010**. Brasília, 2010.
- _____. **Lei nº 12.695, de 25 de Julho de 2012**. (Conversão da Medida Provisória nº 562, de 2012). Brasília, 2012.



_____. **Lei nº 12.960, de 27 de março de 2014.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 2014.

GENTILI, Pablo A.A. O discurso da “qualidade” como nova retórica conservadora no campo educacional. In: GENTILI, Pablo A.A.; SILVA, Tomaz Tadeu (Orgs.). **Neoliberalismo, qualidade total e educação.** 12. Ed. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

HAGE, Salomão Antônio Mufarrej. Transgressão do paradigma da (multi)seriação como referência para a construção da escola pública do campo. **Revista Educação e Sociedade:** Campinas, v. 35, nº 129, p. 1165-1182, out-dez., 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. **Censo Demográfico 2015/IBGE.** Vitória da Conquista, BA, 2015.

KOSIK, K. **Dialética do concreto.** 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MÉSZÁROS, I. **O poder da ideologia.** Tradução Magda Lopes e Paulo Cezar Castanheira. 1 ed. 5 reimpr. São Paulo: Boitempo, 2014.

SANTOS, Arlete Ramos dos. **Ocupar, Resistir e Produzir, também na Educação.** O MST e a burocracia estatal: Negação e Consenso. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

VITÓRIA DA CONQUISTA. Secretaria Municipal da Educação (SMED). **Setor de Legalização e Estatística.** Vitória da Conquista, 2016.